A SUSTENTABILIDADE EM RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN: Alternativa Aplicada no Litoral Norte do Estado de São Paulo

Camila Papa Lopes
Mestranda do Programa de Mestrado em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos
camilapapa@nahp.com.br

Carolina Uliana Simplício
Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Monte Serrat
cauliana@hotmail.com

Getulio Kazue Akabane
Docente do Programa de Mestrado em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos
akabane@webrazil.com.br

Milene Correia de Oliveira
Docente das Faculdades de Administração e Turismo do Centro Universitário Monte Serrat
mileco@ig.com.br

Vanderli Conceição Marques
Coordenadora do Curso de Hotelaria do Centro Universitário Monte Serrat
vanderlimarx@terra.com.br

Resumo
Este artigo investiga as RPPNs como uma alternativa para desenvolver aspectos sócio-econômicos, pela iniciativa de proprietários de terras que encontram um mecanismo legal para utilizá-las com ganhos econômicos, concomitantemente à preservação ambiental. Foi realizado um estudo de caso em uma fazenda situada no litoral norte do Estado de São Paulo, na área continental do município de Santos e que faz parte do Projeto de Ecoturismo da Secretaria de Turismo de Santos e possui potencial para tornar-se sustentável como RPPN. Observa-se que esta iniciativa é facilmente implementada, porém não é adotada por desconhecimento dos proprietários quanto ao potencial de seu patrimônio.

Palavras-chave: RPPN. Sustentabilidade. Patrimônio.

Abstract
This paper investigates the RPPNs as an alternative to develop socio-economic aspects, the initiative of land owners who find a legal economic mechanism to use them, with

environmental preservation. Was conduct a case study of a farm located on the northern coast of São Paulo, on the mainland the city of Santos, which is part of the Ecotourism Project of Department of Tourism in Santos has the potential to become sustainable as a RPPN. It shows that this initiative is easily implemented, but is not adopted by owners ignorance about the potential of their assets.

Keywords: RPPN. Sustainability. Assets.

Introdução

A Mata Atlântica é considerada como um dos mais importantes biomas brasileiros, em termos de composição biológica e estrutura de ocupação, as referências sempre estão relacionadas à necessidade de se impedir a continuação do processo de degradação e recuperar áreas relevantes para seu equilíbrio. O reflexo do debate ambiental alcança os temas sociais e econômicos que envolvem as questões do uso e da conservação (SACHS, 1993).

O estágio atual de degradação desse bioma preocupa não só a sociedade brasileira como causa reação internacional, haja visto que 70% do Produto Interno Bruto do país é gerado a partir da influência econômica e social da área originalmente ocupada pela Mata Atlântica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

A destruição da Mata Atlântica é decorrente de dois fatores principais, que estão relacionados, sendo a exploração predatória dos recursos naturais, de forma a obter recursos em curto prazo e de maneira não sustentável, o que leva a uma rápida degradação. Embora esse problema seja o de maior extensão, ainda há a demanda por terras para fins agropecuários, o que gera perda de florestas, transformadas em áreas de cultivo e pastagem (STERN *et al*., 2002).

Mesmo diante de espetáculos degradantes por acidentes ambientais além dos desastres naturais cada vez mais freqüentes, a exemplo do terremoto no Haiti em janeiro de 2010, é preciso prestar maior atenção, pois a Mata Atlântica, embora tenha sido explorada e represente grande devastação, ainda possui grande potencial produtivo.

A Mata Atlântica foi inclusa, com status de Patrimônio Nacional, na Constituição Federal de 1988 (art. 225, parágrafo 4º), o que, em termos efetivos, não reflete no todo os interesses da coletividade. Esta categorização especial foi dada para destacar a importância de sua conservação e preservação. Entretanto, esse destaque, por si só, não garante efeitos práticos se não houver mudança na postura dos proprietários de terras e dos governos locais

sobre a expansão desordenada das áreas urbanas e outros fatores que impactam esse bioma (BRASIL, 2000).

De acordo com o artigo 186, da Constituição Federal de 1988, à necessidade de proteger a Mata Atlântica devem ser agregadas mudanças no padrão de uso da propriedade rural para que essa possa cumprir sua função social através da aplicação de critérios de uso adequado e da preservação do meio ambiente; e mais, conforme o artigo 182, deve-se promover mudanças, de forma ordenada, no uso do espaço urbano com garantia de bem-estar às populações da Mata Atlântica.

Apesar disso, a Mata Atlântica é tida como um dos ambientes mais alterados no Brasil, e o resultado dessa exploração predatória são exíguos 7,3% de sua área original (SIMÕES; LINO, 2002).

A região Sudeste detém parte bastante significativa do que restou, estando incluídas nessas áreas as Unidades de Conservação (Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas etc.) administradas pelos governos federal e estadual, que se esforçam para garantir sua conservação e preservação.

Porém, não é só papel do governo preservar a natureza e a biodiversidade, propriedades privadas também podem fazer sua parte para defender a natureza dos ataques da sociedade e do homem. Assim, surgiram as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs), para promover entre as propriedades particulares a conscientização sobre a importância conservação, preservação e manutenção da biodiversidade. São consideradas RPPNs as áreas de conservação da natureza em locais privados (IBAMA, 2009).

A criação de RPPN visa preservar determinadas áreas, abrindo assim uma nova perspectiva para as áreas protegidas, que vêm ganhando um impulso de forma mais global, forçada, principalmente, pela pressão antrópica crescente dos recursos naturais, em função do estabelecimento de atividades econômicas variadas.

Considerando os benefícios da RPPN e sua função, questionam-se quais são as atividades que podem ser desenvolvidas nestes locais e sua utilização ou não por proprietários de terra no litoral norte do Estado de São Paulo.

O objetivo é investigar as RPPNs como uma alternativa para desenvolver aspectos sócio-econômicos, pela iniciativa de proprietários de terras que encontram um mecanismo legal para utilizá-las com ganhos econômicos, concomitantemente à preservação ambiental, ou seja, com foco na sustentabilidade.

As evidências sobre os danos ambientais estão presentes no cotidiano: doenças, enchentes e desmoronamentos em encostas de morros que ameaçam a sobrevivência das populações entre outras. Porém, para minimizar esta situação, nenhuma providência isolada será adequada. Os problemas ambientais devem ser enfrentados dentro de uma nova política, que se refere a uma visão do mundo mais global, sistêmica, voluntarista e prospectiva, com vistas a transformar o meio ambiente em fator de desenvolvimento, ou seja, integrar políticas ambientalistas e de desenvolvimento e fazer do meio ambiente um fator de justiça social, reduzindo as desigualdades ecológicas (BRITO; CÂMARA, 1998).

Dessa forma, os problemas ambientais só serão amenizados através de uma ampla mudança de mentalidade e de conceitos legais e culturais, incluindo modelos de gestão, a questão da propriedade da biodiversidade e sua exploração econômica. Percebe-se atualmente que: a sustentabilidade, o sentido econômico da preservação, além do ecológico ainda não foi bem compreendido pela sociedade.

Para tanto, se faz necessário um planejamento integrado entre o domínio ambiental e o econômico, assim como a gestão participativa, integrando instâncias locais e regionais e aproximação das comunidades com o processo decisório. A questão ambiental deve ser cuidada com a participação da sociedade como um todo: governo e povo trabalhando unidos por uma gestão ambiental sustentada para resolver conflitos de interesses divergentes entre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

> A proteção dos recursos naturais é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações brasileiras. O primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população, frente aos desafios do novo milênio que se inicia, o que será uma grande tarefa a que devem se dedicar os ambientalistas e os administradores de organismos ambientais, no sentido de orientar e divulgar os princípios que condicionam à sustentabilidade ambiental dos diversos biomas e ecossistemas brasileiros (BRITO e CÂMARA, 1998, p. 21).

A formação de RPPNs representa, atualmente, um meio para estimular a conscientização da população sobre a importância de se preservar e conservar o meio ambiente, e esclarecendo como podem promover o desenvolvimento socioeconômico, com vista a sustentabilidade, através do ecoturismo e da educação ambiental.

Nas áreas naturais privadas, nem sempre isto ocorre, pois o estímulo ao ecoturismo é grande, porém, sem a percepção de que deve ser priorizado um número determinado de

consumidores dessa atividade, ou pelo menos que haja uma administração eficiente que vise adequar o turismo sem explorar e degradar o meio ambiente, além de que as outras atividades que podem ser desenvolvidas dentro da área acabam ficando relegadas a segundo plano, muitas vezes com o desconhecimento sobre sua importância para a sustentabilidade da região.

> Em resposta à popularidade crescente ao ecoturismo, os administradores de áreas protegidas precisam avaliar que nível de turismo é melhora para cada área, para então arquitetar uma estratégia que atinja o nível desejado. A estratégia deverá guiar o desenvolvimento e a gestão do ecoturismo a fim de assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, de criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda para a área protegida e para as comunidades próximas, e de oferecer educação ambiental aos visitantes (LINDBERG e HAWKINS, 1995, p.37).

Nota-se que muitas dessas ações têm sido realizadas por órgãos governamentais e outras entidades sem fins lucrativos, mas essa situação já tem meios para ser modificada, pois, as propriedades privadas também podem promover a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Entretanto, para se promover a conscientização ambiental e estimular o desenvolvimento sustentável, é fundamental planejar e gerenciar todas as atividades relativas ao turismo sustentável.

Procedimentos Metodológicos

Foi realizado um estudo de caso qualitativo, definido como pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos, particularmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são precisos (YIN, 2005).

Os dados foram levantados por meio das técnicas de observação participante e análise documental, em diferentes momentos. Buscou-se adotar estas técnicas concomitantemente, de forma a abranger aspectos com amplitude, propiciar a descrição, explicação e compreensão do estudo.

A pesquisa documental restringe-se a documentos, fontes primárias ou secundárias. É o tipo de pesquisa que ainda não recebeu o tratamento científico dos dados, mas complementam o referencial teórico e o estudo de caso (GIL, 1999). Já a observação participante requer que o pesquisador vá até a área de estudo para verificar a ocorrência de fatos e analisar aspectos

específicos e a entrevista estruturada requer aplicação de um roteiro com perguntas relacionadas ao assunto abordado (YIN, 2005).

Neste artigo, a pesquisa documental consiste em documentos coletados na Secretaria de Turismo sobre uma área com potencial para se tornar uma RPPN, a Fazenda Cabuçu, e a observação participante pela participação de um dos autores como guia turístico no local e agente de desenvolvimento. Por fim, foi realizada entrevista não estruturada com dois dos proprietários sobre a transformação do local em RPPN, cujos resultados foram mostrados por descrição.

Referencial Teórico

O conceito de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável foi desenvolvido na década de 80, pela elaboração do documento "Nosso Futuro Comum", associando o conceito de sustentabilidade com o de desenvolvimento econômico e social, no cujo conceito "desenvolvimento sustentável é o que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" inclui duas palavras-chave - necessidades e limitações - e o relatório realizou uma reflexão sobre o padrão de vida e dos objetivos da sustentabilidade somente serem alcançados a longo prazo. Também determina que os determinantes das necessidades são a sociedade e a cultura. Barbieri (2004, p.18) explica o conceito de sustentável:

> [...] Sustentável significa o que pode ou deve se sustentar, sendo que o verbo sustentar é transitivo direto, o que remete à pergunta: sustentar o quê? (...) Em relação a uma organização, pode-se, por exemplo, atribuir ao termo sustentável o significado de manter a sua capacidade de sobrevivência, continuar atuando no seu ramo de negócio, ou conseguir continuamente os recursos de que necessita para continuar existindo e crescendo.

Desta forma, não se propõe uma ruptura, mas a diminuição da exploração de forma que não se ponha em risco os sistemas naturais que garante a sobrevivência no planeta, ou

seja, não é contrário ao crescimento e desenvolvimento, apenas propõe uma reflexão sobre um conceito de desenvolvimento sustentável que signifique um "processo de transformação".

O relatório Nosso Futuro Comum propõe a equidade social por meio da educação em conjunto com o desenvolvimento das instituições, como agentes interdependentes. Elenca que a equidade é prejudicada pelos meios legais e pela jurisdição política que em muitos casos, não coincide com a área afetada.

Também considera que o desenvolvimento sustentável relaciona-se ao crescimento populacional e que este, em demasia, prejudica a capacidade de lidar com o meio e de satisfazer necessidades básicas. Para lidar com esta questão de aumento de consumo, propõe amplas reformas políticas que modifiquem os problemas de suprimento, com contribuição e reorientação da tecnologia.

Sachs (2004) define desenvolvimento sustentável como sinônimo de ecoeficiência. Define as cinco dimensões do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural e analisa o capital humano e os recursos naturais, argumentando que a gestão de cada local é um fator de insustentabilidade e maneira como se organiza, pela separação entre meio ambiente e desenvolvimento, recursos que se possui para o desenvolvimento.

Assim como em "Nosso Futuro Comum", Sachs permeia o debate também em torno da explosão demográfica, mas como foco no movimento de urbanização desordenado, especificamente no Sul, sugerindo a necessidade de estratégias de desenvolvimento. Comenta sobre as estratégias de transição, relevando que duas décadas é um período suficiente para estabelecer e manter estratégias, os países industrializados devem ter maior participação nos custos e ajuste técnico, deve haver mudanças institucionais fortes e deve haver um movimento no sentido de modificar o estilo de vida e padrão de consumo das populações. Barbieri (2004, p.5) propõe que os impactos ambientais são causados pela industrialização:

> É comum apontar a Revolução Industrial como um marco importante na intensificação dos problemas ambientais [...] Grande parte dos problemas ambientais produzidos por agências bancárias, escritórios, consultórios, lojas, escolas, repartições públicas, hotéis, hospitais, aeroportos e outros estabelecimentos de serviço se deve aos materiais industrializados que dão suporte às suas atividades. Não que antes da Revolução Industrial não houvesse tais problemas [...] Entretanto, a possibilidade de encontrar novas áreas para obter recursos escondia a gravidade desses problemas.

Almeida (2002) propõe uma nova visão a respeito da sustentabilidade para empresários, executivos e funcionários de empresas de qualquer porte a partir da introdução de um novo modelo de administração a partir da RSC – Responsabilidade Social Corporativa.

Inicia seu discurso a partir da década de 1930, a qual ainda não possuía a noção de desenvolvimento sustentável e o espírito ambientalista era limitado a preservação do patrimônio vegetal uma vez que a maior parte da população do Brasil vivia no campo e sua subsistência eram as atividades extrativistas e agrícolas.

Perpassa pelos acontecimentos relativos aos recursos naturais até chegar ao desenvolvimento industrial e urbano, com um modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais, meados da década de 70, época em que ainda não existia gestão ambiental no país, como um conjunto de ações e políticas integradas para adequar relação entre o homem e meio-ambiente.

O cenário nacional começou a mudar em 1972, com a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU, mas ainda havia a pergunta: como conciliar atividade econômica e desenvolvimento com conservação e preservação do meio ambiente? Assim, o mundo tornou-se tripolar (governo, sociedade, empresa) e evoluiu com a noção de desenvolvimento sustentável.

Almeida (2002) propõe uma postura preventiva imposta pela sustentabilidade, coloca o fator tempo no centro da discussão e define o processo de sustentabilidade como o conjunto formado entre ecoeficiência e responsabilidade social promovidos pelas empresas.

Seu foco não é condenar o desenvolvimento, mas propor uma mudança de paradigma para a sustentabilidade, considerando um sistema de mercados abertos e competitivos, ação governamental equilibrada entre mecanismos de comando e controle, auto-regulação, relacionamento com stakeholders e shareholders, informação coerente com a realidade da empresa, transparente e boa governança corporativa.

Define a ecoeficiência como uma filosofia que inclui a gestão ambiental na administração empresarial, trazendo um crescimento qualitativo a partir da melhoria contínua.

Também define responsabilidade social corporativa como o comprometimento constante dos empresários na adoção de um comportamento ético e desenvolvimento simultâneo da qualidade de vida dos empregados, famílias, comunidades e sociedade, ou seja, uma nova postura que tenha como meta redução da miséria.

Constata que há, ao mesmo tempo, vantagens pra a sociedade e para a empresa, ao adotar a responsabilidade social e a ecoeficiência, pois permite melhor gerenciamento em épocas de crise e melhor relacionamento com públicos, sendo um fator de competitividade.

Interessante sua sugestão de mensurar a sustentabilidade por meio da criação e aplicação de indicadores que devem influenciar no processo decisório, mas o autor comenta que isto ainda é um desafio não só no Brasil. Mostra alguns indicadores e faz uma análise de sua eficácia. Para Almeida (2002, p.164):

> Não é demais repetir que as melhores práticas na busca do desenvolvimento sustentável ainda estão por ser descobertas. Estamos apenas no início do processo de sistematização de conceitos e estabelecimento de padrões. Da experiência de cada um dos autores desse processo e da troca de informações entre todos, virão as respostas que nos faltam.

O autor argumenta que foram dados dois passos em relação ao desenvolvimento sustentável: o primeiro foi pela Comissão de Brundtland e o segundo pela Rio-92, sendo que o terceiro será o equilíbrio entre o econômico, social e ambiental.

É interessante analisar a evolução do pensamento de Fernando Almeida (2007) a respeito da sustentabilidade, pois este é uma referência neste tema. Numa viagem, ao se deparar com uma realidade, numa estrada em Goiás sem nenhuma árvore, o autor relata o poder concentrado, alta tecnologia, transformação dos ecossistemas e serviços, combinados à miséria e falta de oportunidades, que demonstram não mais uma ameaça às futuras gerações, mas no aqui e agora já visualizam-se os resultados do desenvolvimento predatório, nos aspectos social e ambiental, lideranças mais informadas e mal-intencionadas, o que sugere uma ruptura urgente.

Segundo Barbieri (2004), tradicionalmente, as exigências referentes à gestão ambiental eram consideradas um empecilho ao crescimento da produção, além de um obstáculo jurídico demandante de grandes investimentos de difícil recuperação e, portanto, fator de aumento dos custos de produção.

Apesar disso, o meio ambiente tem sido visto como oportunidade para abrir novos mercados e prevenir-se contra restrições futuras quanto ao acesso a mercados internacionais. As respostas da indústria ao novo desafio ocorrem em três fases, muitas vezes superpostas, dependendo do grau de conscientização da questão ambiental dentro da empresa: controle

ambiental nas saídas, integração do controle ambiental nas práticas e processos industrial; e integração de controle ambiental na gestão administrativa. Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.134)

> [...] as empresas têm um papel social e ambiental extremamente relevante. Através de uma prática empresarial sustentável, provocando mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, estarão engajadas à idéia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, com responsabilidade social.

Ainda assim, com uma nova mentalidade, a ecoeficiência, que mostra a necessidade de aquisição de conhecimentos no ambiente empresarial, englobam desde fatores técnicos para a adoção da gestão ambiental, como habilidades que podem ser desenvolvidas no cotidiano. Para Almeida (2002, p.101)

> A ecoeficiência é uma filosofia de gestão empresarial que incorpora a gestão ambiental. Pode ser considerada uma forma de responsabilidade ambiental corporativa. Encoraja as empresas de qualquer setor, porte e localização geográfica a se tornarem mais competitivas, inovadoras e ambientalmente responsáveis.

O desafio também é visualizar e conseguir encontrar motivos para se engajar na questão ambiental, já que por si sós, as empresas não querem aderir a causa, ressaltando alguns aspectos para que estas sejam encorajadas a adotar maior responsabilidade em relação ao meio ambiente.

Atualmente, a organização que se preocupa com os recursos que utiliza, o que retira do meio ambiente, o que devolve e de que forma tem sido considerada não mais como um exemplo, mas como instituição que sofreu as conseqüências da falta de conscientização. Isto é uma necessidade, uma vez que no mundo todo, as instituições que tratam sobre os recursos naturais fornecem informações precisas sobre a escassez de recursos e a degradação do meio ambiente.

Nesse contexto reside o foco da sustentabilidade, ao observar uma mudança de comportamento, analisando uma experiência que tem se apresentado como positiva, na qual o desenvolvimento sustentável é adotado como uma atividade pertinente ao negócio é a cultura de seu proprietário.

Turismo sustentável

Segundo Dias (2003), a massificação do turismo representou o aumento dos problemas ambientais em destinos turísticos tradicionais, pela necessidade de construção de infra-estrutura e equipamentos para a hospitalidade e o transporte de turistas, sendo construídas e melhoradas vias de acesso, aeroportos, rodoviárias, redes de esgoto e água potável, energia elétrica, etc, que resultam em mudanças nos locais turísticos e impactam de forma negativa o meio ambiente, muitas vezes prejudicando a qualidade de vida das populações locais e em alguns casos mudando a cultura.

Na visão de Abreu (2001), que faz uma analogia entre indústrias e turismo em termos de impacto ambiental, é errada a idéia de que somente as indústrias poluem o meio ambiente, pelos seus efluentes contaminados despejados em rios e mares, gases poluentes, entre outros. No turismo, os meios de hospedagem também causam impactos ambientais por utilizarem recursos naturais (água, energia etc.), contribuindo para a sua redução, o que representa impacto ambiental. Outros tipos de impactos são causados pelo lixo gerado, equipamentos, produtos de uso diário, entre outros.

De acordo com Almeida (2002), estamos numa era de insustentabilidade, cujos focos são a pilhagem dos recursos naturais e sociais; a ambivalência do mercado internacional, que impõe barreiras e marginaliza nações inteiras, mas se proclama "livre"; a brutal concentração de renda, tanto a que ocorre dentro de cada país, sobretudo os mais pobres e os em desenvolvimento, como a que ocorre entre países, beneficiando os desenvolvidos em detrimento dos demais.

A relação entre desenvolvimento e países ricos e pobres reflete-se no turismo, devido à estrutura formada e o respeito às condições naturais. No Brasil, a estrutura turística e de hospedagem foi evoluindo e nos anos 90, expandiu-se devido a um processo de reestruturação e diversificação do setor turístico, estimulado pela expansão econômica, além de fontes de financiamento propiciadas pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Por serem o centro econômico do país, São Paulo e Rio de Janeiro concentram o parque hoteleiro brasileiro, com ênfase para o Estado de São Paulo com o turismo de negócios, segundo Gonçalves (2004, p.70): "Somente o Estado de São Paulo é responsável por 70% do turismo de negócios do país, movimentando mais de R$4,8 bilhões". Os dados comprovam a necessidade de cuidado e preservação ambiental.

> A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a 'matéria-prima' da atividade. A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as conseqüências do fluxo em massa de turistas para esse locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e a montanhas – devem necessariamente avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente (RUSCHMANN, 1997, p.19).

De acordo com Gonçalves (2004) e Molina (2001), são ressaltadas sete grandes áreas que precisam avaliar as ações ambientais nos meios de hospedagem, que incluem serviços de hospitalidade, tais como a alimentação, independentemente do porte de cada empreendimento: água de abastecimento; água residuária de emissões; energia; resíduos sólidos; educação ambiental; fornecedores e terceirizados; e aspectos de mercado.

Dentre as oportunidades de gestão ambiental no turismo, pode-se citar: reciclagem de materiais; reaproveitamento dos resíduos internamente; desenvolvimento de novos processos produtivos; utilização de tecnologia limpa; desenvolvimento de novos produtos para mercados maiores, consumidores conscientes sobre a preservação ambiental; estações portáteis de tratamento; miniusinas para uso de pequenos empreendimentos.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)

De acordo com o Decreto n. 1.922, de 05 de junho de 1996, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, também conhecidas como RPPNs, são áreas de conservação da natureza de propriedades privadas. A existência de uma RPPN é um ato de vontade: o proprietário é que decide se quer fazer de sua propriedade, ou parte dela, uma RPPN, sem que isso acarrete perda do direito de propriedade.

Atualmente, apenas 3,7% do território nacional é protegido por áreas de conservação da natureza, como parques (nacionais, estaduais ou municipais), reservas biológicas e estações ecológicas. Essas terras são de propriedade da União, do Estado ou do Município (SETUR, 2009).

Contudo, a maioria das áreas ainda bem conservadas estão nas mãos dos proprietários particulares.

O estabelecimento de RPPNs em áreas de grande diversidade biológica constitui-se em estratégia rápida e eficaz para a conservação dos biomas brasileiros, pois contribuem para uma rápida ampliação das áreas protegidas no país, além de atuarem como zona-tampão no entorno de parques e reservas, constituindo em corredores ecológicos.

São também importantes para a conservação porque apresentam índices altamente positivos na relação custo/benefício, não acarretando nenhum ônus e nem prejuízo do direito de propriedade, pelo contrário, assegurando-se a proteção da área, além de serem são facilmente regulamentadas e possibilitarem a participação da iniciativa privada no esforço nacional de conservação.

Assim, as RPPNs constituem uma forma desses proprietários contribuírem para a preservação do meio ambiente em nosso país, sem deixar de desenvolver atividades econômicas sustentáveis.

Ressalta-se que o proprietário ainda é o dono da terra, mas obtém apoio do IBAMA, do Centro de Recursos Ambientais, da Diretoria de Desenvolvimento Florestal e de organizações não-governamentais, que poderão auxiliar no planejamento do uso, manutenção e proteção desses locais transformados em reservas.

Dessa forma, o proprietário da RPPN pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, a partir de uma série de atividades que podem ser desenvolvidas em sua área, de forma planejada e estruturada, conservando e preservando o meio ambiente e podendo obter vantagem com a área, transformando-a em uma terra produtiva. Outro fator importante é que esta terra não poderá ser desapropriada para fins sociais, pois já cumpre sua função social através da proteção ambiental.

As atividades mais comuns que podem ser desenvolvidas em uma RPPN são: ecoturismo, educação ambiental, pesquisa científica, produção de água, apicultura, piscicultura, confecção de artesanato, que são fontes importantes de recursos.

Entretanto, muitos ainda não exploram todo esse potencial, entendendo que somente através do ecoturismo podem levar vantagem. Contudo,

> A diversidade de atividades econômicas é fundamental na busca e manutenção do equilíbrio sócio-econômico e ambiental de uma região. O desenvolvimento exclusivo do ecoturismo pode levar ao uso intensivo dos recursos naturais, impactos negativos, perda de qualidade de vida e da visita, concorrência extremada gerando lucros baixos e, eventualmente, descaracterização da atividade (MIRTRAUD, 2003, p.44).

Argumenta-se sobre a importância do ecoturismo, o que remete ao desenvolvimento de outras atividades concomitante e que podem ser desenvolvidas nas RPPNs, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a qualidade de vida, observando que:

> O ecoturismo não deve ser atividade econômica única, mas sim, complementar e integrada às outras atividades locais, fortalecendo-as e colaborando para movimentação micro-regional dos recursos oriundos da visitação. Para tal, deve desenvolver mecanismos de estímulo à produção local (alimentos, artesanatos, serviços, etc.), suprindo necessidades de consumo do ecoturismo e locais (ex: estímulo à produção de alimentos, objetos artesanais de decoração, objetos de marcenaria e movelaria, confecção têxtil, etc. (MIRTRAUD, 2003, p.44)

Para que ocorra a formação de uma reserva desse tipo, é fundamental realizar: planejamento, gestão integrada, educação ambiental com responsabilidade social, ética com foco na melhoria da qualidade de vida.

Além da preservação integral e do uso sustentável da área reconhecida como RPPN, os proprietários têm assegurado vários outros benefícios, como: isenção do ITR (imposto territorial rural) sobre a reserva; prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA/MMA e ao crédito agrícola nas instituições oficiais; orientação técnica e apoio para o manejo das áreas pelo IBAMA; ganhos financeiros com a implantação de projetos de ecoturismo, de recreação e de educação ambiental; contato freqüente com órgãos de pesquisa científica; proteção contra queimada, desmatamentos e caça; apoio, cooperação e respeito de instituições e de entidades ambientalistas (BRITO e CÂMARA, 1998).

O ecoturismo depende da disposição das pessoas em percorrer suas áreas naturais, e poder observar a dinâmica da floresta. Dessa forma, o ecoturismo representa não só uma fonte essencial de renda, como também uma oportunidade de mostrar às pessoas porque a preservação das florestas é vital.

O termo ecodesenvolvimento foi usado por Maurice Strong em 1973 e tem sido desenvolvido amplamente por Ignacy Sachs (CASASOLA, 2003). Deve-se entendê-lo como um estilo de desenvolvimento que busca em cada região soluções específicas para problemas concretos, levando em consideração o ambiente natural e cultural, atendendo as necessidades imediatas e as de longo prazo. Trata-se de encontrar os meios de harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com um manejo adequado e do ambiente.

O ecodesenvolvimento se baseia no conceito de que o caminho do desenvolvimento nacional, regional e local deve ser congruente com as potencialidades concretas de cada região, atendendo ao aproveitamento adequado e racional dos ecossistemas, às formas de organização que respeitem o ambiente natural e às características das estruturas culturais e locais (SACHS, 2004).

Dessa forma, é um papel global, a atuação em prol da natureza e do desenvolvimento de qualidade de vida e as RPPNs possuem importância vital para isso, pois ao promoverem a preservação de uma área e desenvolvimento de atividades nela de forma consciente, integrada e ética, pode funcionar como um pólo motivador da qualidade de vida, pelas ações à natureza, pelo participação da comunidade de entorno da propriedade e para quem visita, que terá a chance de conviver com os recursos naturais, conhecendo-os, preservando-os e colhendo o que eles dão de melhor, paz e saúde.

Esses são os princípios reais do verdadeiro desenvolvimento sustentável, pois englobam todas as funções, desde a conscientização e educação ambiental, até ações integradas e planejadas para obter do meio o que ele pode oferecer sem riscos para a natureza e para as gerações futuras.

Potencial de Sustentabilidade - Programa Municipal de Ecoturismo de Santos

O município de Santos tem extensão total de 271 Km^2, sendo que, destes, 231,6 Km^2 constituem sua área continental, com 1600 habitantes e 39,4 Km^2 a insular, cuja população é de aproximadamente 417.000 habitantes (SETUR, 2009).

A denominada área continental, apesar da proximidade com o pólo industrial de Cubatão, o porto e áreas densamente povoadas, ainda mantém boas condições de conservação e importantes ecossistemas da Mata Atlântica, possuindo rios cristalinos com grande volume d'água, espécies representativas da fauna e flora da mata pluvial de encosta, manguezais e restingas, além de imponentes escarpas do Planalto Atlântico, denominadas Serra do Mar.

Atenta ao fato do município de Santos dispor de grande potencial natural, a prefeitura santista tem estimulado passeios ecológicos. Assim procedendo, está propiciando ao visitante uma nova opção de lazer, além da praia, e diversificando as atrações do município. Assim tem agido, por entender que a melhor forma de proteger o patrimônio natural é fazer com que os cidadãos conheçam sua importância e admirem seus recursos, e mais ainda, permitir que seus habitantes possam desenvolver alguma forma de atividade econômica sustentável na área continental.

O Programa de Ecoturismo, que se iniciou em 1994, envolve o levantamento de áreas com potencial turístico (beleza cênica, sítios históricos, observação de fauna) que também cumpram os seguintes requisitos: ter proprietário definido, exerça o papel de controle ao acesso da área; local com capacidade de suporte à visitação, com o mínimo impacto sobre o ambiente; e ofereça condições de segurança ao visitante.

Atendidas essas premissas, e após anuência dos proprietários das áreas, a equipe da Secretaria de Turismo passa a caracterizar o local, coletando informações sobre a fauna, flora, história e geografia das áreas, produzindo uma cartilha que servirá de base ao treinamento de agências que serão autorizadas a operar no local.

Do programa, fazem parte: o controle de acesso de visitantes nas áreas particulares, operação por empresas privadas especialmente treinadas pela Prefeitura e monitoramento constante por técnicos municipais, sempre em áreas cujo uso não acarrete em degradação do ambiente. As agências realizam um cadastro na SETUR, e somente após preenchê-lo e assinar compromisso de ciência sobre as normas a seguir, é que podem agendar as visitas. Cuida-se, a partir daí, da implementação do programa, estudando diversas possibilidades de exploração consciente e racional, divulgação, manutenção e incremento.

O programa conta, atualmente, com os seguintes roteiros: Estância Diana, Jurubatuba, Mirante do Caetê, Itatinga e Fazenda Cabuçu. Todos os roteiros têm um folheto institucional, com informações gerais sobre o lugar e orientações de como visitá-los.

A Fazenda Cabuçu, pertencente ao Programa de Ecoturismo, foi escolhida para desse estudo, entre os demais locais pertencentes, pelos seguintes motivos: local que mais recebe visitantes e pelas características naturais que a colocam como uma potencial RPPN.

Fazenda Cabuçu

A Fazenda Cabuçu situa-se na Área Continental de Santos, às margens da Rodovia BR 101 - Rio-Santos, km 240 e 241. Possui uma área total de 2400 hectares ou 1000 alqueires paulistas. Sua topografia constitui-se em: 470 alqueires de baixadas e vargens, 530 alqueires de serras e morros. Quanto às reservas naturais, são 600 alqueires de matas, rios Cabuçu, Quatinga e duas cachoeiras. A área onde a fazenda é localizada pode ser observada na figura 1.

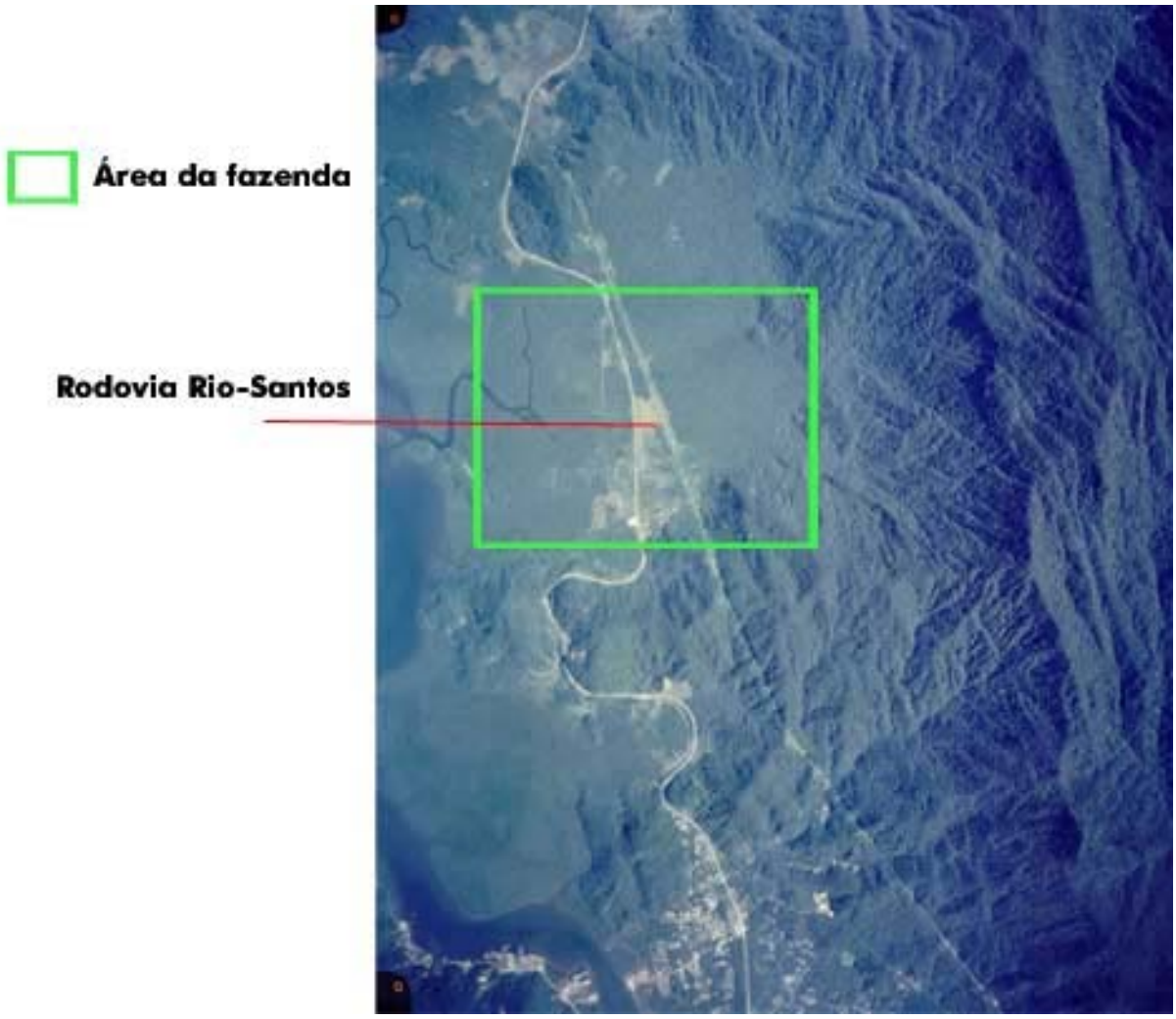

Figura 1. Foto satélite da Fazenda Cabuçu
Fonte: Departamento de Proteção dos Recursos Naturais – DEPRN (2004)

Atualmente, sem utilização econômica definida, é um exemplo da necessidade de entendimento do passado.

A ocupação econômica recente da Fazenda Cabuçu está ligada ao cultivo de bananas. Por volta da metade do século passado, a Fazenda recebeu grandes plantações e, assim como grandes proprietários da região, tinha seu próprio sistema de transportes dos produtos. Estes eram conduzidos por vagonetes do Decauville (espécie de pequeno trem, circulando pelos trilhos de marca francesa), até as proximidades do Rio Cabuçu e levado em barcas, que geralmente descarregavam na bacia do Mercado Municipal de Santos. A queda do preço da banana e pragas que atingiram, entre outros fatores, levou a fazenda a deixar de produzi-la em larga escala.

Parte da fazenda foi utilizada, nessa mesma época, como lenheiro, graças às necessidades de substituição de combustível em falta na Segunda Guerra Mundial. Ainda há fornos no meio da mata que atestam essa utilização com desmatamento na restinga e encosta.

Seus atrativos naturais vão desde rios, córregos, cachoeiras, variedade vegetal e animal. Os ambientes da Serra e baixada compõem um grande, complexo e equilibrado sistema, que depende de todos os seus elementos - animais, água, vegetação etc., para se manter. Entretanto, não se pode exigir da natureza mais do que ela nos pode dar, em relação à capacidade de manutenção de seu equilíbrio, pois variações nos elementos do ecossistema, provocam modificações em todo o conjunto.

A Fazenda Cabuçu, desde sua inserção no Programa Municipal de Ecoturismo até hoje, tem recebido muitos visitantes de diversas localidades, inclusive internacional. Apesar do local em questão ter fluxo de visitantes significativos, não possui infra-estrutura básica como, por exemplo, sanitários, área para lanche e sinalização, nem tampouco conta com coleta de lixo periódica.

Atualmente, quem vive na sede da Fazenda Cabuçu é a família do caseiro, responsável pela fiscalização e manutenção da área. Entretanto, por não contar com recursos humanos suficientes, a área em questão tem sido alvo de palmiteiros e caçadores.

A cachoeira mais visitada e a trilha para chegar a ela podem ser verificadas nas figuras 2 e 3.

Figuras 5 e 6. Foto da cachoeira e da trilha
Fonte: Secretaria Municipal de Santos (2010)

Embora seja uma área potencialmente atrativa para o desenvolvimento de uma RPPN, a Fazenda Cabuçu não desenvolve atividades neste sentido, apenas é visitada como uma área de ecoturismo.

Desta forma, foi realizada entrevista com dois dos proprietários. Foram questionado a respeito do conhecimento sobre o que é RPPN, como implementar e o interesse em transformar a área. Ambos não sabem o que é RPPN, foi explanado sobre o conceito, função e benefícios. Também concordaram que não exploram economicamente a área e que, por ser herança de família, a visualizam mais como um empecilho e não possuem grandes interesses em explorar atividades sustentáveis, pois a área é muito grande, requer investimentos que não

estão dispostos a realizar e justificaram que a área é cedida a Secretaria de Turismo de Santos para visitação e ecoturismo, que embora não represente geração de renda, é uma prática que não requer investimentos.

Quando questionados a respeito de atividades que visem a gestão ambiental e sustentabilidade, indicaram que realizam o ecoturismo apenas como atividade e não conhecem o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, embora com receios no aspecto financeiro, prestaram atenção às explicações de como a implantação de uma RPPN pode desenvolver atividades turísticas, ecológicas e de que forma isso pode se traduzir em lucratividade. Mostraram-se surpresos com o potencial de sua área para retorno não somente em sustentabilidade, mas financeiro, pois com a geração de projetos envolvendo cultivo de banana, o próprio ecoturismo, psicultura e educação ambiental, eles poderão utilizar estes recursos para reinvestir na fazenda, tornando-a auto-sustentável, ou seja, a entrevista acabou se transformando numa oportunidade de negócio para proprietários de terras com potencial para a sustentabilidade.

Considerações Finais

As RPPNs representam uma alternativa sustentável para a exploração de terras com o intuito de educação ambiental e realização de projetos de manejo e cultivo da terra e de seus recursos, de forma que, além de preservar o meio ambiente, poderá gerar recursos para investimentos em melhoria da área, além de expansão do ecoturismo que já é realizado.

Considerando que esta iniciativa é governamental, os proprietários podem se beneficiar por ter parcerias e desenvolvimento de suas terras em conjunto com atividades que podem integrar o homem ao meio ambiente, gerando recursos e ao mesmo tempo, com a preservação da biodiversidade local.

Com a entrevista realizada com os proprietários da Fazenda Cabuçu explora-se o potencial da área com a sugestão de projetos de turismo sustentável, o que pode ser uma opção para valorizar e preservar o patrimônio natural e ao mesmo tempo realizar atividades econômicas.

Tal iniciativa é facilmente implementada com apoio governamental, porém não é adotada por desconhecimento dos proprietários quanto ao potencial de seu patrimônio e como podem se beneficiar pela transformação da área em RPPN.

Referências

ABREU, D. **Os ilustres hóspedes verdes**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2001.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRANCO, S. G. **O meio ambiente em debate**. 26ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. N.31. Brasília: Saraiva, 2000.

BRITO, F.; CÂMARA, J. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21.** Petrópolis: Vozes, 1997.

CASASOLA, L. **Turismo e ambiente.** São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DOUROJEANNI, M.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: UFPR, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HELENE, M. E. M. **Florestas: desmatamento e destruição**. São Paulo: Scipione, 1996.

IBAMA. SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Conhecer para conservar: as unidades de conservação do Estado de São Paulo**. 2009.

IPT. **Unidades de conservação ambiental e áreas correlatas do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2000.

GONÇALVES, L. C. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: www.mma.gov.br/. Acesso em: 21/11/2009.

MIRTRAUD, S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento resposnável. Brasília: WWF, 2003.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

PELLEGRINI FILHO, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. **Economia do meio ambiente: teoria, política e a gestão de espaços regionais.** Campinas: Unicamp.IE, 2001.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. SEBRAE – Garamond Universitária, 2004.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI:** Desenvolvimento e Meio Ambiente. Studio Nobel. São Paulo: FUNDAP, 1993.

SANTOS. Secretaria Municipal de Turismo. **Programa Municipal de Ecoturismo.** Santos: Setur, 1994.

SANTOS. Secretaria Municipal de Turismo. **Fazenda Cabuçu: guia de interpretação.** Santos: Setur, 2009.

SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. **Sustentável Mata Atlântica**. São Paulo: SENAC, 2002.

STERN, P.; YOUNG, O.; DRUCKMAN, D. **Mudanças e agressões ao meio ambiente**. São Paulo: Makron Books, 2002.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** Planejamento e método. 3 ed. Bookman: Porto Alegre, 2005.

WWF. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF Brasil, 2003.

Recebido em 02.11.2009. Aprovado em 15.12.2009.